

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO	21

Parte I Produtor rural, cooperativismo e creditamento

O REGIME TRIBUTÁRIO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NA REFORMA TRIBUTÁRIA: ENTRE A CONCRETIZAÇÃO CONSTITUCIONAL E AS DISTORÇÕES REGULATÓRIAS	29
<i>Amanda Oliveira Breda Rezende</i>	
<i>Marina Souza de Moraes Lopes</i>	
1 Introdução	29
2 A importância econômica e social do cooperativismo agropecuário	30
3 Os avanços promovidos pela reforma tributária para o cooperativismo agropecuário	32
3.1 A constitucionalização do regime específico das cooperativas	32
3.2 A preservação do ato cooperativo mediante a não incidência	34
3.3 A aplicação cumulativa do regime específico das cooperativas com os regimes favorecidos da agropecuária	40
4 As distorções introduzidas pela regulamentação	42
4.1 Exclusão do produtor rural não contribuinte da não incidência: tributação do ato cooperativo	42
4.2 Bens de capital no cooperativismo agropecuário: a tributação do produtor rural não contribuinte associado a uma cooperativa	44
4.3 Obrigatoriedade de emissão de documento fiscal entre cooperado e cooperativa	46
5 Conclusão	48
Referências	49

CRÉDITOS DE IBS E CBS NAS OPERAÇÕES RURAIS	51
<i>Marcelo Guaritá Borges Bento</i>	
<i>Manuel Eduardo Cruvinel Machado Borges</i>	
1 Introdução	51
2 A reforma tributária do consumo e o agronegócio: fundamentos constitucionais	52
3 O regime do produtor rural não contribuinte	53
4 Crédito nas operações rurais	55
4.1 Regras gerais de creditamento (LC 214/2025)	55
4.2 Créditos dos insumos agropecuários, redução de 60% das alíquotas e diferimento	56
4.3 Crédito presumido do produtor rural não contribuinte	57
5 Alguns riscos e incertezas sobre os créditos e o fluxo de caixa	60
6 Conclusões	65
Referências	67
 REFLEXOS DA REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO PARA O PRODUTOR RURAL E O AGRONEGÓCIO	 69
<i>Paulo Cesar Ruzisca Vaz</i>	
1 Introdução: a reforma da tributação do consumo: aspectos gerais	69
2 Principais impactos da reforma para o agronegócio	72
3 A situação específica do produtor rural	75
4 Tratamento tributário do produtor integrado pelo IBS/CBS	77
5 Outras questões relevantes para o produtor rural: bens de capital, manutenção de créditos, <i>split payment</i> , custo de conformidade	79
6 Reflexões e preocupações: complexidade normativa; a questão da adesão do produtor rural; o custo do <i>split payment</i> ; o custo de conformidade fiscal, os vetos presidenciais e a questão das cooperativas	80
7 Comentários finais	84

O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E OS IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA 85

Sérgio de Araújo Lopes

1 Introdução	85
2 A atividade agrícola na Constituição Federal antes e depois da reforma tributária	87
3 A reforma tributária e a escolha da forma de exercício na atividade rural: pessoa física ou jurídica?	91
4 O produtor rural pessoa física e a reforma tributária	93
5 Conclusões	99

Parte II

Cadeias produtivas, contratos, financiamento e impactos operacionais

OS IMPACTOS SOBRE O COMPLEXO SOJA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

DO CONSUMO DA CBS E DO IBS 103

Dalton Cesar Cordeiro de Miranda

1 Introdução	103
2 Síntese do funcionamento do complexo soja no Brasil	104
3 Análise de impactos do Decreto 12.955, de 2026, para o complexo soja	105
3.1 Principais normas gerais da CBS e do IBS: impactos para contribuintes – estrutura do novo tributo	106
3.2 Principais normas gerais da CBS e do IBS: impactos para contribuintes – mecanismos de desoneração	107
4 Dos impactos para os produtores de soja brasileiros	108
4.1 Dos impactos para os produtores de soja brasileiros: regime de não contribuinte	108
4.2 Dos impactos para os produtores de soja brasileiros: soja em grãos e redução de alíquota	109
4.3 Dos impactos para os produtores de soja brasileiros: crédito presumido para o adquirente	109
5 Impactos para os compradores de soja brasileiros	110

5.1 Impactos para os compradores de soja brasileiros: empresa comercial exportadora (<i>trading</i>)	111
5.2 Impactos para os compradores de soja brasileiros: agroindústria adquirente para industrialização com destino à exportação	111
6 Impactos para a agroindústria processadora de soja: produção de farelo, óleo comestível e óleo para biodiesel	112
6.1 Impactos para a agroindústria processadora de soja: produção de farelo, óleo comestível e óleo para biodiesel – insumos e aquisição de soja	113
6.2 Impactos para a agroindústria processadora de soja: produção de farelo, óleo comestível e óleo para biodiesel – farelo de soja	113
6.3 Impactos para a agroindústria processadora de soja: produção de farelo, óleo comestível e óleo para biodiesel – óleo comestível de soja	113
6.4 Impactos para a agroindústria processadora de soja: produção de farelo, óleo comestível e óleo para biodiesel – óleo para biodiesel (B100)	114
7 Impactos para a agroindústria exportadora de soja em grãos e farelo	115
7.1 Impactos para a agroindústria exportadora: imunidade das exportações	115
7.2 Impactos para a agroindústria exportadora: empresa comercial exportadora habilitada	116
7.3 Impactos para a agroindústria exportadora: exportação de soja sem saída física	116
7.4 Impactos para a agroindústria exportadora: exportação de farelo de soja	116
8 Quadro comparativo entre sistemas tributários	118
9 Considerações finais e pontos de atenção	119

A TRIBUTAÇÃO DO ETANOL HIDRATADO COMBUSTÍVEL NA TRANSIÇÃO PARA O IBS E A CBS – DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA À MONOFASIA	121
---	-----

Débora Regina Gasques

1 Introdução	121
2 Regime tributário vigente do etanol hidratado combustível	124
2.1 ICMS	124
2.2 PIS/Cofins	125
2.3 Regime vigente até 30 de abril de 2025	125

2.4 Tributação de 01.05.2025 até entrada em vigor da reforma tributária	127
2.5 CIDE-Combustíveis e o EHC	128
3 Regime tributário do etanol hidratado na reforma tributária	129
4 Período de transição entre o regime atual e a reforma tributária	133
5 Conclusão	135
Referências	138

ARRENDAMENTO RURAL E PARCERIA AGRÍCOLA: ESSÊNCIA CONTRATUAL E TRIBUTAÇÃO 141

Edison Carlos Fernandes

Introdução	141
1 Essência jurídica dos contratos	142
2 Principal e agente: as prestações contratuais	144
3 Distinção entre arrendamento rural e parceria agrícola	146
4 Arrendamento rural: tratamento contábil e incidência tributária	149
5 Parceria agrícola: tratamento contábil e incidência tributária	152
6 Arrendamento rural e parceria agrícola: breves comentários sobre a reforma tributária do consumo	154
Referências	155

FINANCIAMENTO PRIVADO DO AGRONEGÓCIO: *BARTER* E A REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO 157

Fábio Pallaretti Calcini

1 Introdução	157
2 <i>Barter</i> . Considerações gerais	157
3 Reforma tributária – IBS/CBS. Agronegócio. Considerações gerais	162
4 <i>Barter</i> . Aspectos fiscais	166
5 Considerações finais	169

AÇÚCAR VHP, CESTA BÁSICA NACIONAL DE ALIMENTOS E ALÍQUOTA ZERO DE IBS/CBS	171
---	-----

Mário Luiz Oliveira da Costa

Luís Henrique da Costa Pires

1 Contextualização do tema	171
2 Regras aplicáveis ao IBS e à CBS	173
3 O Anexo I da Lei Complementar n. 214/2025. Enquadramento do açúcar VHP na cesta básica nacional de alimentos	175
4 Regulamentação técnica oficial comprova a aptidão do VHP para alimentação humana. Vinculação à administração. Arts. 100 do CTN e 30 da LINDB	177
5 Interpretação literal. Art. 111 do CTN	180
6 O risco de frustrar a intenção do constituinte derivado	182
7 Conclusão	184
Referências	185

ROUBO, FURTO, EXTRAVIO, PERECIMENTO E DETERIORAÇÃO DE BENS NO AGRONEGÓCIO: ESTORNO E MANUTENÇÃO DE CRÉDITOS DE IBS E CBS	187
--	-----

Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli

1 Introdução	187
2 A materialidade do IBS e da CBS e a autonomia dogmática do estorno	189
3 A não cumulatividade como posição jurídica condicionada	192
4 Bem adquirido, produto próprio e cadeias do agronegócio	194
5 Ativo imobilizado, pagamento antecipado e <i>split payment</i>	198
6 Casos práticos do agronegócio e critérios de solução	201
7 Conclusão	203
Referências	205

A LEI COMPLEMENTAR N. 224/2025, AS ALEGADAS REDUÇÕES DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS E OS IMPACTOS NO AGRONEGÓCIO	207
---	-----

Priscila Marto Valin

1 Introdução	207
2 Regulamentação	209

3 Impactos econômicos e operacionais no agronegócio	210
3.1 Oneração dos insumos e produtos agropecuários	210
3.2 Redução dos créditos presumidos	211
3.3 Impacto nas opções do Funrural e do lucro presumido	211
4 Incerteza, insegurança jurídica e possíveis discussões judiciais	212
5 Discussões possíveis quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade da LC 224/2025	213
5.1 Violação ao princípio da não cumulatividade	213
5.2 Imunidade nas exportações	214
5.3 Ofensa ao princípio da legalidade para as contribuições previdenciárias	214
5.4 Afastamento da majoração dos percentuais aplicados em caso de lucro presumido para fins de IRPJ e CSLL	215
6 O papel do gestor tributário do contribuinte agropecuário	215
7 Conclusão	216

IMPACTOS FINANCEIROS: OS EFEITOS SILENCIOSOS E OS RESULTADOS “BARULHENTOS” DO IBS/CBS SOBRE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	219
---	-----

Rafael Garabed Moumdjian

1 Introdução	219
2 O novo sistema IBS/CBS e uma visão geral para a cadeia de insumos agropecuários	220
2.1 Insumos agropecuários e o regime diferenciado do art. 138 da Lei Complementar n. 214/2025	222
2.2 Produtor rural e o crédito presumido para o adquirente	223
3 A nova era e a nova lógica de formação de preços	223
3.1 Inclusão de IBS e CBS na base de cálculo de tributos atuais	225
3.2 Potenciais impactos de preço e/ou caixa por tipo de produto do Anexo IX	225
3.3 Cooperativa & cooperativismo – alíquota zero e diferimento	227
3.4 Três cenários e uma indefinição mercadológica na determinação da margem	229
4 Instrumentos financeiros e o aumento de despesa financeira sobre o preço	230
4.1 O custo da antecipação na formação de preço	232

5 Margens “espremidas” no mercado, ampliadas com o <i>split payment</i>	234
5.1 O impacto silencioso nas margens com o custo real do capital de giro	234
5.2 Dupla erosão de margem: operações em moeda estrangeira e o descasamento temporal do crédito tributário no <i>split payment</i>	237
6 Crédito presumido no estoque de abertura, impacto financeiro e possível inconstitucionalidade	240
6.1 A ordem de venda do estoque importa e muito!	242
7 Conclusão	242
Referências	244

Parte III

Renda, patrimônio e planejamento sucessório

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SUCESSÓRIO DO PRODUTOR RURAL: A INEXISTÊNCIA DE ESTRUTURA UNIVERSALMENTE SUPERIOR	247
<i>Jimir Doniak Jr.</i>	
<i>Bruna Mylena Fernandes Nogueira</i>	
1 Introdução	247
2 Limites do planejamento tributário no agronegócio	248
3 Exploração da atividade rural: pessoa física ou pessoa jurídica?	250
3.1 A tributação da pessoa física produtora rural	251
3.2 A tributação da pessoa jurídica rural	252
3.3 O impacto da reforma tributária do consumo e da tributação dos dividendos	253
3.4 Estruturas híbridas: parceria e arrendamento	254
4 Planejamento sucessório e reorganização patrimonial	256
4.1 O custo de não planejar: inventário e ITCMD em transformação	256
4.2 Instrumentos de antecipação: doação com reserva de usufruto, governança e distribuição desproporcional	257
4.3 Reorganização patrimonial: integralização de imóveis, valor histórico × valor de mercado e ganho de capital	258
4.4 Imposto de renda e ITCMD sobre a mesma doação: Tema 1.391	260
4.5 O ITBI na integralização: Temas 796, 1.113 e 1.348	261

5 Conclusão	262
Referências	263

A REFORMA DO ITCMD E O PRODUTOR RURAL	265
---------------------------------------	-----

Leonardo Furtado Loubet

1 O ITCMD no contexto da reforma tributária: há uma nova roupagem normativa daqui em diante que merece muita atenção dos produtores rurais	265
2 As faixas de incidência do ITCMD e as especificidades do patrimônio rural	268
3 As novas presunções de doação e o risco de alargamento indevido da incidência	270
4 A grandeza envolvendo o ITCMD reformado: a nova base de cálculo, as alíquotas progressivas e as <i>holdings</i> rurais	273
5 A fiscalização e o aumento de litigiosidade	276
6 As conclusões sobre a reforma do ITCMD	278

IRPF-M E OS LIMITES DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DO PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA	281
--	-----

Lucas Issa Halah

1 Introdução	281
2 A tributação mínima das altas rendas e a arquitetura do art. 16-A	282
3 A taxonomia do inciso VIII	283
4 Inconsistência do tratamento dado à pessoa jurídica	286
5 Conclusões	289
Referências	290

IMPOSTO SOBRE A RENDA E OS REFLEXOS DA LEI N. 15.270/2025 PARA O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA	291
---	-----

Marcelo Magalhães Peixoto

Abel Escórcio Filho

1 Introdução	291
2 A tributação do produtor rural pessoa física: aspectos gerais	292

3 Capacidade contributiva, renda líquida e prejuízo fiscal na apuração do imposto de renda do produtor rural	295
4 A tributação da renda mínima. Aspectos da Lei n. 15.270/2025	299
5 A tributação da renda mínima e suas repercussões na apuração do produtor rural pessoa física	301
6 Conclusões	303
Referências	304

REFLEXÕES SOBRE A APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ITCMD NA TRANSMISSÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO	307
---	-----

Nereida Horta

1 Introdução	307
2 Evolução Legislativa	309
3 Aplicação da Lei Complementar n. 227/2026	313
4 Interpretação administrativa e jurisprudencial acerca da base de cálculo das participações societárias	316
5 Conclusão	323

IRPF-MÍNIMO E O SETOR RURAL: REFLEXÕES SOBRE A TRIBUTAÇÃO DAS ALTAS RENDAS APÓS A LEI N. 15.270/2025	327
--	-----

Tatiana Midori Migiyama

1 Introdução	327
2 O agronegócio e os reflexos da tributação mínima	329
3 O regime jurídico da atividade rural na Lei n. 8.023/1990 e sua integração à tributação mínima	332
3.1 A atividade rural como categoria autônoma de apuração tributária	336
3.2 Compensação de prejuízos rurais e a tributação mínima	337
3.3 A interpretação administrativa da Receita Federal	339
3.4 Reflexos da tributação mínima para produtores rurais e estruturas patrimoniais do agronegócio	340

4 Considerações finais	341
Referências	342

Parte IV

Mercados ambientais e comércio internacional

OS CRÉDITOS DE DESCARBONIZAÇÃO (CBIOS) SOB A REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO: NATUREZA JURÍDICA E REGIME DE NÃO INCIDÊNCIA DO IBS E DA CBS	345
--	-----

Alessandra Okuma

1 Introdução	345
2 Os créditos de descarbonização (CBIOS): perfil normativo	346
3 Natureza jurídica dos CBIOS	347
3.1 Cotejo com as figuras típicas	347
3.2 O ponto contábil: a OCPC 10 e a leitura restritiva	349
3.3 A configuração jurídica: valor mobiliário e ativo financeiro	349
4 O quadro normativo do IBS e da CBS	351
4.1 A materialidade ampla do novo regime	351
4.2 As não incidências financeiras do art. 6º	351
4.3 O regime específico de serviços financeiros e seu recorte subjetivo	352
5 Não incidência de IBS/CBS sobre a alienação do CBIO pelo emissor	353
6 Quadro comparativo: o tratamento dos CBIOS antes da LC 214 (PIS/Cofins) e sob o IBS/CBS	354
7 A dimensão extrafiscal e o mandamento constitucional	355
8 Conclusões	357

CRÉDITOS DE CARBONO: DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS NO IBS E NA CBS	359
---	-----

Marília Soubhia

1 Introdução	359
2 Natureza jurídica dos créditos de carbono no ordenamento brasileiro	360

3 Mercado regulado e mercado voluntário: distinções relevantes para a tributação	361
4 O tratamento tributário conferido pela Lei n. 15.042/2024	362
5 Os impactos do IBS e da CBS sobre o mercado de carbono	363
5.1 A base ampla do IBS e da CBS e a controvérsia sobre créditos de carbono	363
5.2 O regime de serviços financeiros e os limites da intermediação	364
6 Impactos sobre o agronegócio e o produtor rural	365
7 Governança corporativa, <i>compliance</i> tributário e o mercado de carbono nas corporações	366
8 Conclusão	368
Referências	371

A TRIBUTAÇÃO DO MERCADO DE CARBONO NO BRASIL APÓS A LEI N. 15.042/2024: O REGIME JURÍDICO DOS CRÉDITOS DE CARBONO NOS MERCADOS REGULADO E VOLUNTÁRIO	373
--	-----

Sarah Maia

Caio Corralo

1 Introdução	373
2 A natureza jurídica como pressuposto da incidência	375
3 Regime jurídico dos ativos do mercado de carbono	377
3.1 Arquitetura do SBCE e os ativos transacionáveis	377
3.2 Natureza jurídica de fruto civil dos créditos florestais	379
4 Tributação das operações pelo IRPJ e pela CSLL, bem como no regime de transição da reforma tributária sobre o consumo	381
4.1 IRPJ e CSLL	381
4.2 PIS/Cofins: desoneração específica e a controvérsia da receita	383
4.3 ICMS e ISS: não incidência e cautelas	384
5 A tributação das operações no regime do IBS e da CBS	385
5.1 Base de incidência do IBS e da CBS	385
5.2 Não incidência sobre valores mobiliários no mercado regulado	386
5.3 Indefinição no mercado voluntário e bilateral	386
6 Considerações finais	388
Referências	390

CRÉDITOS DE CARBONO: DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS IMPACTOS	
TRIBUTÁRIOS NO IBS E NA CBS	393
<i>Vinícius Vicentin Caccavali</i>	
1 Objetivo e escopo	393
2 Introdução	394
3 A relação com o agronegócio	396
4 Regime tributário atual	398
5 Impactos tributários no IBS e na CBS	401
6 Conclusões	406
Referências	407

INSTRUMENTOS DE ALTERAÇÃO TARIFÁRIA E AGRONEGÓCIO: A RESPOSTA DA	
POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA AOS EVENTOS GEOPOLÍTICOS (2022-2025)	409
<i>Thales Saldanha Falek</i>	
<i>Lucas Ribeiro Serejo Luz</i>	
1 Introdução	409
2 Mecanismos de flexibilização da Tarifa Externa Comum no ordenamento	
jurídico brasileiro	411
3 A política comercial brasileira diante dos choques geopolíticos internacionais	413
3.1 2022 – reduções horizontais da Tarifa Externa Comum como instrumento	
de estabilização econômica e preservação da competitividade do	
agronegócio	413
3.2 2023: reorganização institucional dos mecanismos de alteração tarifária	417
3.3 2024: reconfiguração do comércio internacional e a pressão competitiva	
sobre a indústria química brasileira	419
3.4 2025: O “tarifaço” norte-americano, a fragmentação do comércio	
internacional e a consolidação da política tarifária brasileira como	
instrumento de segurança econômica	422
4 Conclusões	425
Referências	426